ISSN 0104-4036

Ensaio

Avaliação e Políticas Públicas em Educação

37
Vol 10
Outubro/Dezembro 2002

Rio de Janeiro/Brasil

Ensaio

Avaliação e Políticas Públicas em Educação

37
Vol 10
Outubro/Dezembro 2002

SUMÁRIO

ISSN 0104-4036

ENSAIO: aval. pol. públ. Educ.	Rio de Janeiro	v. 10	n. 37	p. 405-560	out./dez. 2002

O ensino superior privado como setor econômico

Jacques Schwartzman
Simon Schwartzman

Resumo

Este trabalho apresenta uma visão abrangente do ensino superior privado no Brasil, a partir dos dados do Censo 2000 do Ensino Superior e outras fontes.O ensino privado atende a cerca de 2/3 dos estudantes de nível superior do país em 946 instituições, mobilizando diretamente cerca de 10 bilhões de reais anualmente e empregando 200 mil pessoas entre professores e funcionários. A análise mostra que as instituições privadas são um grupo muito diferenciado , com algumas instituições de grande porte e muitas de pequeno porte. Metade de seus alunos está nas chamadas "profissões sociais" , que incluem Direito, Administração, Economia e Ciências Sociais. A segunda área em importância é a educação e a terceira são as profissões associadas à saúde. O sistema privado tem crescido muito e deveria crescer ainda mais, dado o tamanho restrito do ensino superior brasileiro e a pouca expansão do setor público. No entanto, existem problemas de financiamento, eficiência e eqüidade que podem afetar esta expansão. O trabalho discute algumas das estratégias empresariais adotadas pelo setor privado, os esforços do governo federal para regulamentar o setor e identifica questões que requerem pesquisa de campo adicional para serem elucidadas.

Jacques Schwartzman
Mestre em Economia Regional pela Universidade Federal de Minas Gerais e M.A. pela University of Pittsburgh, EUA. Membro do Conselho Nacional de Educação.

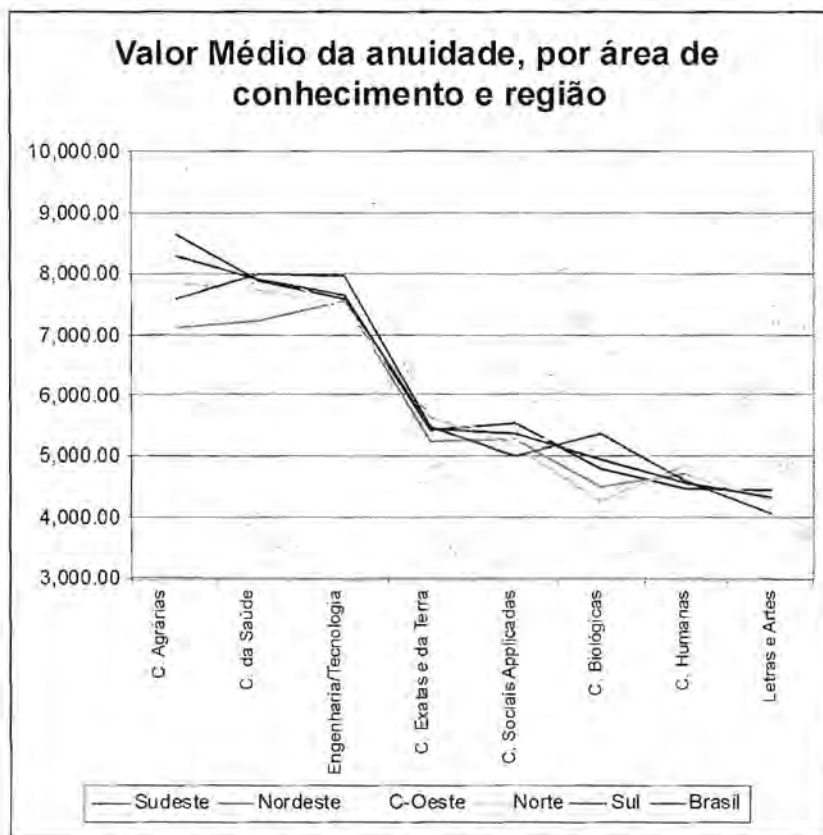
Simon Schwartzman
Ph.D em Ciência Política pela University of Berkeley. EUA. Diretor Presidente do American Institutes for Research para o Brasil (AIRBrasil).

Palavras-chave: *Ensino superior privado – Setor econômico – Regulamentação – Estratégias de crescimento.*

Os grandes números

O setor privado é responsável pela maior parte da educação superior brasileira, cerca de 1.800 mil estudantes matriculados em quase mil instituições (IESP) espalhadas por todo o país. O preço dos estudos varia entre quatro e nove mil reais anuais, dependendo da área. O preço médio da área das ciências sociais aplicadas, que cobre a metade dos alunos do setor privado, é de 5.300 reais anuais (Quadro 1) Usando este valor como referência, podemos estimar que o ensino superior privado brasileiro representa uma indústria de aproximadamente dez bilhões de reais anuais, ocu-

pando cerca de 200 mil pessoas, dos quais 115 mil professores (ou, mais precisamente, "funções docentes") e 85 mil funcionários administrativos. As características mais gerais do ensino superior privado no Brasil, em comparação com o sistema como um todo, podem ser vistas no Quadro 2.

Quadro 1 – Preço mensal do ensino privado, por área de conhecimento e região

Quadro 2 – Grandes números do ensino superior – Graduação - 2000

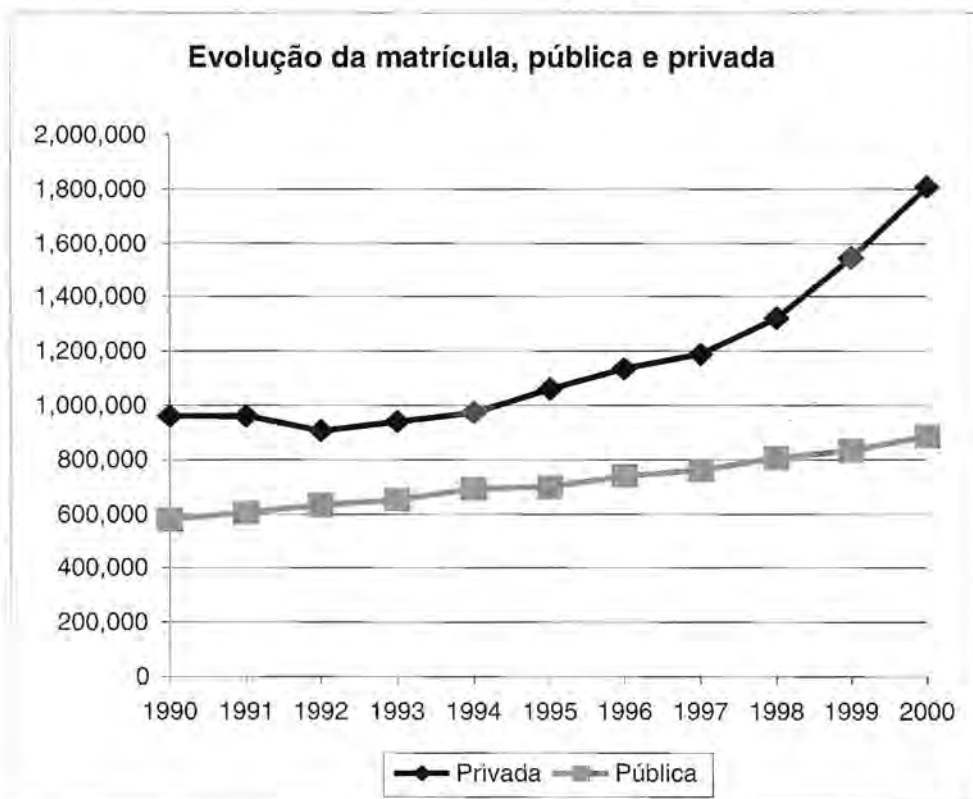
Grandes Números do Ensino SuperiorGraduação - 2000

	Total	Categoria Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estatísticas Básicas					
Instituições	1,180	61	61	54	1,004
Cursos	10,585	1,996	1,755	270	6,564
Matrículas	2,694,245	482,750	332,104	72,172	1,807,219
Concluintes	324,734	59,098	43,757	9,596	212,283
Docentes em Exercício	183,194	43,739	30,836	4,137	104,482
Servidores em Exercício	198,074	67,001	43,879	2,693	84,501
Vestibular					
Vagas Oferecidas	1,100,224	115,272	94,441	28,269	862,242
Inscrições	3,826,293	1,129,749	951,594	59,044	1,685,906
Ingressos	829,706	113,388	90,341	23,428	602,549
Indicadores					
Matrículas (percentual)					
Turno Noturno	56.1	23.1	44.6	75.6	66.2
Sexo Feminino	56.2	50.6	57.9	56.9	57.4
Educação	21.7	20.6	43.3	30.7	17.7
Humanidades e Artes	3.4	7.4	4.6	1.8	2.0
C. Sociais, Negócios, Direito	41.6	24.4	19.9	43.7	50.1
Ciências, Matemática e Computação	8.7	12.2	8.1	7.5	7.9
Engenharia, Produção e Construção	8.7	14.4	10.7	6.6	6.9
Agricultura e Veterinária	2.3	5.9	3.6	1.6	1.2
Saúde e Bem Estar Social	12.0	14.5	9.4	7.5	12.0
Serviços	1.6	0.6	0.4	0.6	2.2
Docentes Total (percentual)					
Com Mestrado	31.4	34.5	25.4	24.6	32.1
Com Doutorado	20.6	33.4	33.1	9.6	11.3
Relação Alunos/Docente em Exercício	14.7	11.0	10.8	17.4	17.3
Relação Inscrições/Vaga	3.5	9.8	10.1	2.1	2.0

Fonte: MEC/INEP

Nota: Sete instituições privadas e uma instituição estadual de ensino superigraduação não responderam ao Censo de 2000

Este sistema vem se expandindo nos últimos anos, e a expectativa é de que ele se expanda ainda mais nos próximos anos, dado o tamanho ainda reduzido do ensino superior brasileiro, e as limitações de recursos do setor público.

Quadro 3 - Evolução da matrícula do ensino superior público e privado, 1990-2000

Só recentemente, no entanto, o ensino superior privado vem recebendo dos analistas a atenção correspondente a sua importância. Uma explicação para isto é o fato de que, em diversos aspectos, o ensino privado discrepa do que normalmente se considera como o modelo ideal das instituições de ensino. Neste modelo ideal, o ensino superior se organizaria em universidades, enquanto que no ensino privado predominam as instituições isoladas e outras instituições não-universitárias; as universidades deveriam ter um forte componente de pesquisa, que quase não existe no setor privado; as universidades dão ênfase às áreas técnicas e científicas e às profissões clássicas, enquanto que o setor privado se concentra nas profissões sociais; nas universidades, os professores participam das decisões acadêmicas em um complexo sistema de colegiados, enquanto que o poder nas instituições privadas é centralizado. Mais amplamente, a atividade cultural e intelectual costuma ser percebida como de natureza altruística, oposta à busca do lucro,

enquanto que o ensino privado, ainda que muitas vezes organizado em instituições não-lucrativas, tem quase sempre um claro componente comercial.

Estudos mais recentes sobre o setor privado têm tratado de entender melhor as funções pedagógicas e educacionais que este setor desempenha, como parte de um sistema de educação superior de massas que está se formando, dentro do qual o modelo universitário tradicional não pode ser senão uma parte de um todo mais amplo.[1] Poucos são os estudos , no entanto, sobre o ensino superior privado como um setor econômico, uma área de serviços de cuja viabilidade e desempenho depende, no entanto, a formação de dois terços dos profissionais de alto nível do país. A análise financeira da educação superior privada não substitui outras análises e considerações sobre a natureza e o conteúdo das atividades educacionais deste setor, mas é indispensável para que estas outras considerações sejam desenvolvidas em bases sólidas e realistas.

O marco normativo do ensino superior privado

As normas gerais que regem o ensino superior brasileiro, tanto público como privado, constam de dois instrumentos legais principais, a Constituição Federal de 1988 (artigos 207, 208, 213 e 218) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996). Além destes instrumentos principais, existe um grande número de Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, de Conselhos Profissionais e de outros órgãos e Portarias Ministeriais que são promulgadas com grande freqüência, visando regulamentar e implementar as normas constitucionais e da LDB. A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, ABMES, mantém uma publicação anual que reúne estas normas. O volume relativo a 2001 tem 359 páginas, com o texto de 234 atos de todo tipo, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Atos normativos sobre o ensino superior brasileiro, 2001

Atos normativos sobre o Ensino Superior Brasileiro, 2001	
Emenda Constitucional	1
Leis	10
Medidas Provisórias	22
Decretos	17
Resoluções	32
Portarias	94
Pareceres do Conselho Nacional de Educação	58
Total	**234**

Fonte: ABMES, 2001

Esta enorme quantidade de normas que se sucedem permanentemente torna impossível qualquer tentativa de sistematizar o marco normativo relativo ao ensino superior privado, exceto em suas linhas mais gerais, ou em relação a questões muito específicas. Em um dos estudos mais completos sobre o tema[2] a autora chama a atenção para um paradoxo curioso desta legislação: a ampla flexibilidade das normas que regem o ensino público, em contraste com as limitações à autonomia do setor privado, ambas explicadas pelo predomínio das pre-

[1] Veja a bibliografia sobre o ensino privado apresentada em anexo.
[2] Ranieri, N. B. Educação superior, direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei no. 9.394/96). São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2000.

ocupações finalísticas em relação aos aspectos mais formais da atividade educativa. Assim, segundo ela:

a) Na esfera pública, a especificidade dos princípios constitucionais que informam o desenvolvimento das atividades educacionais permite tratamento jurídico menos rígido de formas e processos (exemplo marcante é o da autonomia universitária)

b) Da mesma forma, no plano individual, o regime legal pode ser flexibilizado, na medida em que o permitam os valores educacionais: a letra da lei cede ao interesse público, em situações nas quais o processo de aprendizagem se complete, em benefício do aluno, ainda que ao arrepio da forma legal

c) Diversamente, na esfera privada, a natureza pública da atividade educacional determina a derrogação parcial de prerrogativas inerentes ao regime privatístico das normas de Direito Público, dada a prevalência da finalidade pública sobre o interesse particular (como ocorre em relação às instituições privadas de ensino superior, submetidas que estão às normas gerais da educação.)"[3]

O poder do Estado de interferir e regular a atividade do setor privado deveria estar limitado, segundo a autora, por uma noção clara do que seja o interesse público, dado "o fato de não haver interesse público a cargo do Poder Público a não ser os que a lei defina, explícita ou implicitamente" (ibid, p.254). Como, na prática, a definição do que seja o interesse público no ensino superior é difusa, o que ocorre freqüentemente é uma invasão da esfera de autonomia privada por normas administrativas sem fundamentação legal ou doutrinária bem estabelecidas. Em relação a isto, a autora cita José Eduardo Faria, para o qual,

> ...com o tempo, o sistema jurídico se torna cada vez mais independente de suas condições iniciais, uma vez que as regras de calibração – portarias, instruções normativas, resoluções ou simples decretos, por exemplo – é que dão o sentido e o alcance da própria ordem constitucional.[4]

É esta situação que explica o alto nível de controvérsia que circunda a educação superior privada brasileira. Em um extremo, estão os que entendem existir uma contradição insanável entre os fins públicos da educação e os interesses privados dos proprietários das instituições privadas. Nesta perspectiva, seria inadmissível a existência de instituições privadas de fins lucrativos, e a própria existência de um setor privado é vista como questionável. A expansão do setor privado e sua natureza freqüentemente empresarial são percebidas como uma aberração que caberia limitar ou coibir, sendo no máximo tolerada como mal inevitável, mas nunca apoiada ou subvencionada. No outro extremo estão os que defendem que as instituições privadas, sobretudo as de natureza confessional, religiosa e comunitária, desempenham função social relevante e deveriam ser subvencionadas com recursos públicos, que não deveriam estar limitados ao financiamento das instituições estatais. Finalmente, no setor mais claramente empresarial, predomina a busca de uma liberdade empresarial absoluta do setor privado, em que se considera como abusivos

[3] Ibid, 2000, p. 252.
[4] Faria, J. E. C. O. Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social. São Paulo: EDUSP, 1988. p. 98. (Pensamento jurídico. Teses).

quaisquer atos do poder público que busquem garantir a qualidade e regular a provisão de serviços do setor.

É possível argumentar que, em seu conjunto, a legislação vigente, as normas emanadas do Conselho Nacional de Educação e os atos do Poder Executivo têm buscado estabelecer uma posição de equilíbrio entre estas posições extremas. A educação superior continua sendo considerada uma função pública, mas não como monopólio, e o setor privado não é mais percebido como mal necessário, e sim como participante legítimo e importante para o cumprimento desta missão. A busca de lucro nos empreendimentos educacionais não é mais percebida como antagônica, em princípio, aos fins da educação, ainda que possa vir a sê-lo na prática – e daí a necessidade de sistemas públicos de acompanhamento e avaliação de qualidade e resultados. A vedação que antes existia do subsídio público à atividade educacional privada vem sendo, na prática, superada em alguns setores, como por exemplo na área da pós-graduação e da pesquisa, onde os critérios de qualidade e relevância predominam sobre considerações relativas ao *status* legal das entidades; e na área do crédito educativo, em que o apoio a estudantes carentes é uma forma, ainda que indireta, de subsídio público à educação superior privada. Por outra parte, ainda que de forma mais tímida, busca-se dar às universidades públicas condições para o pleno exercício de sua autonomia constitucional, que deveria incluir também a capacidade de gerar recursos próprios e geri-los com independência, no cumprimento de sua missão social.

Uma outra importante característica da legislação pós LDB em relação às instituições privadas é a relativa facilidade de entrada. O exame das condições iniciais de oferta concentra-se mais em questões de natureza material (instalações, número de livros, computadores) e outras, como corpo docente e projeto pedagógico, que são analisados com base em promessas e intenções. Está em andamento também uma extensa legislação acerca de modalidades não-convencionais de oferta, tais como cursos seqüenciais, à distância, de tecnólogos e de pós-graduação *lato sensu*. Em relação aos cursos convencionais de graduação, vem se abrindo uma ampla possibilidade de diversificação, com a eliminação da rigidez dos antigos currículos mínimos e a implantação das novas diretrizes curriculares (muito mais flexíveis) e a redução do tempo mínimo de integralização dos cursos para três anos. Ao lado deste movimento, está havendo uma preocupação inédita no Brasil com relação a processos avaliativos, que até então estavam restritos à pós-graduação. A partir de 1996 implantou-se o "Provão," o Exame das Condições de Oferta e criaram-se procedimentos mais adequados para reconhecimento de cursos de graduação já autorizados, para transformação de faculdades integradas em Centros Universitários ou Universidades e para recredenciamento periódico de universidades e centros universitários. Ainda que este conjunto de processos avaliativos venha a se mostrar um pouco exagerado, a sua prática poderá compensar a relativa facilidade de entrada no setor ao criar sinalizações importantes visando à melhoria da qualidade do ensino.

A questão da classificação das instituições de ensino superior como universidades, centros universitários ou instituições isoladas é de grande interesse para o setor, porque afeta sua autonomia para criar novos cursos e decidir quanto à oferta de vagas nos seus diversos cursos. O Ministério da Educação dá informações detalhadas sobre as características de cada um destes

tipos de instituição, e suas prerrogativas. Assim, as universidades são definidas como instituições de ensino superior que desenvolvem suas atividades acadêmicas com base em três pilares fundamentais : o ensino, a pesquisa e a extensão. A principal característica da universidade reside na indissociabilidade destas dimensões.

As Universidades e Centros Universitários estão dispensados de solicitar ao poder público autorização para abrir novos cursos superiores, em virtude das prerrogativas de autonomia de que gozam (Lei 9394 art.53 inciso I) . Entretanto, esta autonomia não se estende aos cursos e *campus* fora de sede das universidades (Art.10 § 2° Decreto N° 3.860 de 9 de julho de 2001). A autonomia também não se estende aos cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia e de Direito. Nestas áreas, as corporações profissionais (Conselho Nacional de Saúde e Ordem dos Advogados do Brasil) têm que opinar, e a autorização é dada pelo Ministro da Educação em cada caso.

Os Centros Universitários se diferenciam das universidades pela dispensa da obrigação de realizar atividades de pesquisa; sua autonomia, no entanto, é semelhante: pelo Decreto No. 3.860 de 9 de julho de 2001

Art. 11. Os centros universitários são instituições de ensino superior pluri-curriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

§ 1° Fica estendida aos centros universitários credenciados autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes.

As demais instituições – Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas, Escolas Superiores, Institutos Superiores – não gozam de autonomia, devem ter seus cursos autorizados um a um pelo Ministério.

É neste marco legal ainda controverso, de fronteiras pouco definidas, e grande complexidade normativa, que o ensino superior brasileiro procura encontrar o seu lugar.

A demanda pela educação superior no Brasil

Em termos comparativos, o Brasil tem um sistema de ensino superior bastante reduzido e, por isto, com um grande potencial de crescimento. O Quadro 5 dá as informações disponíveis para a América Latina. As "taxas brutas" comparam o número de estudantes inscritos no ensino superior com o total da população em idade escolar, de 18 a 24 anos de idade. Por este quadro, o Brasil teria que duplicar o número de estudantes de nível superior para chegar ao nível da Argentina, Peru ou Chile. Além disto, 43% dos estudantes de nível superior têm mais do que 24 anos de idade, segundo a PNAD/IBGE de 1999, o que dá, para esse ano, uma taxa líquida de matrícula de 7.4%.

Quadro 5 – América Latina, taxas brutas de matrícula no ensino superior, 1990-1997

Latin America, taxas brutas de matrícula no ensiino superior 19901997								
País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Argentina	..	38.1	..	..	36.2	..	..	..
Bolivia	21.3	21.7	..	..	..	..	..	..
Brasil	11.2	11.2	10.9	11.1	11.3	..	14.5	..
Chile	..	21.3	24.2	26.5	27.4	28.2	30.3	31.5
Colombia	13.4	14.0	14.6	14.7	15.4	15.5	16.7	..
Costa Rica	26.9	27.6	29.4	29.9	30.3	..	..	..
Cuba	20.9	19.8	18.1	16.7	13.9	12.7	12.4	..
República Dominicana	..	..	..	..	..	..	22.9	..
Ecuador	20.0	..	..	..	..	..	..	..
El Salvador	15.9	16.8	17.2	17.0	18.2	18.9	17.8	..
Guatemala	..	..	8.3	8.1	8.4	8.5	..	..
Haiti	..	..	..	..	..	..	..	..
Honduras	8.9	8.9	9.2	9.0	10.0	..	..	..
Mexico	14.5	14.1	13.6	13.9	14.3	15.3	16.0	..
Nicaragua	8.2	8.1	8.9	..	..	11.5	11.5	11.8
Panama	21.5	23.4	25.3	27.3	27.2	30.0	31.5	..
Paraguai	8.3	..	..	10.3	10.1	10.1	10.3	..
Peru	30.4	32.0	31.5	28.0	26.8	27.1	25.7	25.8
Uruguai	29.9	30.1	27.2	..	..	..	29.5	..
Venezuela	29.0	28.5	..	..	..	..	..	..
Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators, 2001								

Existem duas explicações possíveis para este tamanho tão reduzido. A primeira é o funil representado pela educação básica e média, que não forma estudantes em número suficiente. A segunda é que o Brasil não tem, como o Peru ou o Chile, um segmento significativo de ensino superior de curta duração. Além disto, países como a Argentina e o Uruguai têm sistemas de livre admissão nas universidades públicas, que fazem com que muitas pessoas fiquem matriculadas por muitos anos no ensino superior sem jamais se formarem, aumentando desta forma as taxas de matrícula.

Se a educação média no Brasil fosse universalizada, se todos os estudantes estivessem dentro de sua faixa etária e concluissem o curso, teríamos um máximo de cerca de 3 milhões de jovens se formando a cada ano. Se metade destes jovens entrasse no nível superior e permanecesse quatro anos, isto levaria a uma taxa de matrícula líquida de 30%.[5] Se eles permanecessem quatro anos no sistema, teríamos um total de 6 milhões de estudantes, e mais os dos grupos etários superiores. Se supusermos que a percentagem de estudantes mais velhos seria de 1/3, isto daria um total de cerca de 8 milhões de estudantes, que seria o número máximo de estudantes de nível superior que o Brasil poderia comportar.

Na prática, o número máximo possível para os próximos anos é bem menor. No Brasil, hoje, muitos jovens nunca chegam ao ensino médio, e metade dos matriculados está acima da faixa etária correspondente. Nos últimos anos tem havido um aumento importante no

[5] Seis milhões, para uma população entre 18 e 24 anos de 20 milhões, aproximadamente.

número de estudantes entrando no ensino médio e se formando. De 1995 a 1999, o número de jovens entre 15 e 17 anos que não estudavam baixou de 3,3 para 2,2 milhões, enquanto que o número de jovens desta idade matriculados no ensino médio aumentou de 2,2 para 3,4 milhões (Quadro 6). Existe uma grande retenção de estudantes na primeira série do ensino médio, e o número de formados a cada ano é de aproximadamente 1,800 mil. Isto pode ser interpretado como representando uma demanda anual de cerca de 600 mil lugares no ensino superior, à qual se deve acrescentar a demanda de pessoas formadas há mais tempo e que querem voltar a estudar.

Este número é bem abaixo dos 830 mil que são admitidos hoje a cada ano no ensino superior brasileiro. Isto pode ser interpretado como significando que o ensino superior não sofre, no momento, uma demanda excessivamente alta de vagas por parte de estudantes oriundos do ensino médio, e esta situação não deverá se modificar muito no futuro próximo, dada a lentidão esperada da melhoria da qualidade do ensino médio, depois da grande expansão dos últimos anos, e a estagnação do crescimento demográfico do país, entre a população mais jovem. É difícil estimar o crescimento da demanda por parte de pessoas mais velhas e formadas anteriormente, mas pode-se supor que, na medida em que o acesso dos jovens aumente, a demanda dos mais velhos diminua, ou se oriente para outros tipos de cursos de menor duração, de especialização e aperfeiçoamento.

A conclusão parece ser que, embora a perspectiva de crescimento potencial do ensino superior brasileiro seja grande, na prática a demanda não deverá crescer muito, e já pode estar ocorrendo um superdimensionamento do sistema, que se manifesta nas quase trezentas mil vagas não preenchidas no ano 2000, sobretudo pelo setor privado.

Quadro 6 – Situação escolar da população brasileira de 15 anos e mais, segundo grupos de idade

Situação escolar da população brasileira de 15 anos e mais, segundo grupos de idade

	grupos de idade				
	15 a 17 anos	18 a 24	25 a 40	mais de 40	total
não estuda	2,233,275	13,876,285	35,782,755	42,606,945	94,499,260
alfabetização de adult	20,618	51,388	122,774	167,381	362,161
regular de prim grau	4,516,870	1,766,406	472,004	83,194	6,838,474
supletivo de prim grau	148,443	239,139	304,793	101,450	793,825
regular de segu grau	3,400,034	2,913,347	511,747	55,075	6,880,203
supletivo de segu grau	31,723	217,277	232,932	48,064	529,996
pre vestibular	25,946	346,098	69,464	7,530	449,038
superior	11,315	1,553,863	823,043	136,760	2,524,981
mestrado ou doutorado		14,054	131,368	57,750	203,172
Total	10,388,224	20,977,857	38,450,880	43,264,149	113,081,110

Fonte: IBGE, PNAD 1999, tabulação especial

Características do ensino superior privado brasileiro

Os dados do Censo do Ensino Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação, permitem uma caracterização preliminar do setor, que pode servir de base para um estudo mais aprofundado de suas características econômicas e institucionais.[6]

Tamanho e concentração

Um número relativamente pequeno de instituições, 5%, concentra quase a metade da matrícula do ensino superior privado no país, enquanto que, no outro extremo, 50% das instituições absorvem somente 5% da matrícula. Esta distribuição, evidenciada no Quadro 7 e no gráfico que o acompanha, deixa claro que não é possível pensar no ensino privado como um setor homogêneo. Para efeito de análise, agruparemos estas instituições em três grupos, conforme descrito no Quadro 8.

Quadro 7 – Instituições de ensino superior privadas, por número de alunos

Instituições de ensino superior privadas, por número de alunos

	instituições		alunos			
grupos	número de IESP no grupo	% acumulado de IESP	número médio	total	% total	% acumulado
20	47	5%	17304.8	813,325	45.02%	45.02%
19	47	10%	7127.2	334,980	18.54%	63.57%
18	48	15%	3721.9	178,653	9.89%	73.46%
17	47	20%	2308.0	108,475	6.00%	79.46%
16	47	25%	1604.7	75,419	4.17%	83.63%
15	48	30%	1196.4	57,429	3.18%	86.81%
14	47	35%	978.6	45,994	2.55%	89.36%
13	47	40%	772.4	36,303	2.01%	91.37%
12	48	45%	620.8	29,796	1.65%	93.02%
11	47	50%	528.3	24,831	1.37%	94.39%
10	47	55%	439.7	20,665	1.14%	95.54%
9	48	60%	368.0	17,662	0.98%	96.51%
8	47	65%	298.1	14,012	0.78%	97.29%
7	48	70%	248.0	11,904	0.66%	97.95%
6	46	75%	210.9	9,702	0.54%	98.49%
5	47	80%	179.6	8,440	0.47%	98.95%
4	48	85%	152.1	7,299	0.40%	99.36%
3	48	90%	118.1	5,669	0.31%	99.67%
2	47	95%	82.5	3,876	0.21%	99.89%
1	47	100%	43.8	2,060	0.11%	100.00%
Total	946		4,445.6	1,806,494		

[6] As informações que se seguem foram elaboradas a partir dos microdados do Censo do Ensino Superior do ano 2000, proporcionados pelo INEP/MEC.

Quadro 8 – Agrupamento das IESP por tamanho

Agrupamento das IESP por tamanho			
	número de instituições	número médio de alunos	desvio padrão
Pequenas	331	106	70.2
Médias	332	454	169.4
Grandes	331	4,631	6151.2
Total	995	1,729	4099.9

Áreas de concentração

O Quadro 2 mostra que o setor privado se especializa em determinadas áreas de formação, deixando outras para o setor público.[7] Metade de seus alunos estão nas chamadas "profissões sociais", que incluem o direito, a administração, a economia, e as ciências sociais. A segunda área em importância é a da educação, e a terceira, das profissões associadas à saúde. Para se ter uma idéia mais precisa destas áreas, é necessário examinar as carreiras específicas que as compõem. É o que mostra o Quadro 9. Mesmo nas áreas que teriam um conteúdo técnico e cientifico mais forte, o setor privado se concentra em cada uma delas, nas especialidades menos técnicas e de demanda mais imediata do mercado de trabalho. Assim, um terço das matrículas na área de saúde são em "terapia e reabilitação", com a medicina representando 11.5% do grupo. Na área de ciências, 70% da matrícula é em computação e processamento de dados. Nas engenharias, 44% das matrículas são em arquitetura, urbanismo e em cursos gerais.

7 O setor municipal, apesar de público, comparte muito das características do setor privado e, na realidade, funciona muitas vezes em parceria com este último.

Quadro 9 – Ensino superior privado no Brasil – matrícula por áreas de conhecimento

Ensino Superior Privado no Brasil - matrícula por áreas de conhecimento

Área	Matrícula
Ciências sociais, negócios e direito	**906,961**
Direito	319,059
Gerenciamento e administração	287,391
Contabilidade e tributação	97,502
Jornalismo e reportagem	73,830
Psicologia	58,352
Economia	38,194
Marketing e publicidade	17,269
Secretariado e trabalhos de escritório	5,705
Ciência política e educação cívica	5,170
Ciências sociais e comportamentais (cursos gerais)	2,787
Biblioteconomia, informação, arquivos	886
Comercio e administração (cursos gerais)	574
Sociologia e estudos culturais	242
Educação	**319,348**
Formação de professor de matérias específicas	149,707
Ciências da educação	130,966
Formação de professor de disciplinas profissionais	36,121
Formação de professor da educação básica	2,436
Formação de professor de educação infantil	118
Saúde e bem estar social	**216,450**
Terapia e reabilitação	77,699
Odontologia	31,450
Enfermagem e atenção primaria (assistência básica)	26,835
Medicina	24,884
Farmácia	23,263
Saúde (cursos gerais)	18,371
Serviço social e orientação	13,018
Tecnologias de diagnostico e tratamento medico	930
Ciências, matemática e computação	**142,681**
Ciência da computação	52,023
Processamento da informação	50,569
Biologia e bioquímica	20,201
Matemática	6,764
Química	6,214
Ciências da terra	3,322
Ciências (cursos gerais)	1,789
Estatística	679
Física	462
Uso do computador	425
Ciências ambientais	233

Área	Matrícula
Engenharia, produção e construção	**124,578**
Arquitetura e urbanismo	27,860
Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	27,709
Engenharia civil e de construção	22,723
Engenharia mecânica e metalurgia (trabalhos com metais)	15,324
Eletricidade e energia	13,844
Eletrônica e automação	11,346
Química e engenharia de processos	2,703
Processamento de alimentos	2,206
Materiais (madeira, papel, plástico, vidro)	782
Têxteis, roupas, calçados, couros	81
Outros serviços	**39503**
Viagens, turismo e lazer	35475
Hotelaria, restaurantes e serviços de alimentação	3183
Transportes e serviços (cursos gerais)	812
Proteção de pessoas e de propriedades	30
Ciências domesticas	3
Humanidades e artes	**36,037**
Humanidades e letras (cursos gerais)	15,317
Design e estilismo	8,007
Historia e arqueologia	4,071
Filosofia e ética	2,060
Artes (cursos gerais)	1,950
Belas artes	1,342
Música e artes cênicas	1,168
Religião e teologia	924
Línguas e culturas estrangeiras	680
Técnicas audiovisuais e produção de mídia	410
Língua materna (vernácula)	108
Agricultura e veterinária	**21,661**
Veterinária	13566
Produção agrícola e pecuária	7876
Engenharia florestal - silvicultura	131
Horticultura	79
Recursos pesqueiros	9

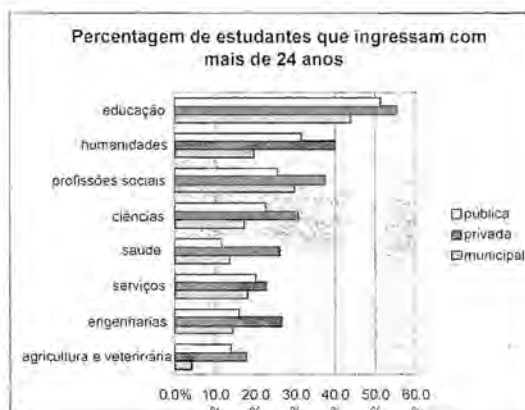
O tamanho das instituições parece não afetar muito a escolha das áreas de atuação. Existe uma certa especialização das instituições de porte médio na área de educação, e um pouco mais de concentração das pequenas na área de ciências e computação – mais certamente esta última (Quadro 10).

Quadro 10 – Áreas de atuação das IESP, por grupos de tamanho das instituições

Áreas de atuação das IESP, por grupos de tamanho das instituições				
	pequenas	médias	grandes	Total
1 educação	18.07%	27.33%	16.76%	17.67%
2 humanidades e artes	3.68%	1.32%	2.02%	1.99%
3 ciências sociais, negócios e direito	49.07%	45.59%	50.64%	50.19%
4 ciências, matemática e computação	13.31%	6.60%	7.90%	7.90%
5 engenharia, produção e construção	5.81%	3.33%	7.25%	6.89%
6 agricultura e veterinária	0.93%	2.03%	1.13%	1.20%
7 saúde e bem estar social	5.79%	10.68%	12.23%	11.98%
8 serviços	3.34%	3.11%	2.07%	2.19%
Total	35,240	151,628	1,620,351	1,807,219

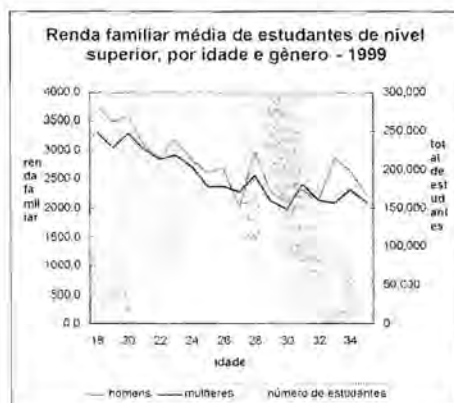
Os estudantes

O Quadro 2 permite contrastar algumas características dos estudantes do setor privado com os do setor público: a grande maioria estuda à noite, e a proporção de mulheres é maior. O gráfico do Quadro 11 compara as idades em que os estudantes entram no ensino superior, por tipos de carreira e setor. Em todas as áreas, a proporção de alunos mais velhos no setor privado é maior. No conjunto, 37,5% dos ingressantes no setor privado têm mais de 24 anos de idade, contra 32% no setor público. Os estudantes de educação formam o grupo mais velho, composto sobretudo por mulheres, presumivelmente professoras buscando melhorar sua titulação. Os de engenharia e agricultura são os mais jovens. Não por acaso, as instituições privadas se concentram justamente nas áreas que atraem alunos de mais idade. O Quadro 12 mostra a composição de gênero e a percentagem de estudantes matriculados em cursos noturnos para as diversas áreas de conhecimento e tipo

Quadro 11 – Percentagem de estudantes que ingressam com mais de 24 anos de idade, por áreas de conhecimento e setor

Quadro 12 – Estudantes femininas e matrículas noturnas

Estudantes femininas e matrículas noturnas	% feminino			% noturno		
	municipa	privada	pública	municipa	privada	pública
1 educação	76.1%	80.8%	70.9%	93.6%	81.4%	45.9%
2 humanidades e artes	82.0%	69.8%	59.0%	100.0%	68.8%	29.5%
3 ciências sociais, negócios e direito	50.2%	52.0%	48.4%	79.1%	73.7%	47.7%
4 ciências, matemática e computação	31.1%	37.8%	39.0%	69.1%	73.7%	24.8%
5 engenharia, produção e construção	24.6%	28.5%	25.3%	43.1%	50.2%	15.8%
6 agricultura e veterinária	19.3%	43.3%	39.0%	0.0%	3.3%	0.7%
7 saúde e bem estar social	72.4%	72.5%	65.5%	24.1%	22.3%	5.7%
8 serviços	70.3%	69.6%	66.1%	100.0%	67.2%	36.9%
Total	56.9%	57.4%	53.6%	75.6%	66.2%	31.9%

de instituição. Com poucas exceções, o setor privado concentra suas atividades em cursos noturnos nas áreas das ciências sociais aplicadas, e para alunos mais velhos, que presumivelmente trabalham durante o dia. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999 permitem examinar algumas características socioeconômicas dos estudantes de ensino superior no Brasil, ainda que não permitam distinguir os que estão em estabelecimentos públicos ou privados. O gráfico do Quadro 13 mostra como a renda familiar dos estudantes cai sistematicamente para os de mais idade, e também para as mulheres – e estes são, precisamente, os estudantes preferenciais do setor privado.

Quadro 13[8] – Renda familiar média de estudantes de nível superior, por idade e gênero - 1999

[8] Fonte: PNAD 1999. Para o cálculo da renda familiar média, foram eliminadas as famílias com renda zero ou no 0,1% superior. O total de estudantes entre 18 e 35 anos de idade era de 2.124.839, para um total de 2.383.251. Como a PNAD trabalha com uma amostra, os dados de renda para pequenos grupos, de idades maiores, estão mais sujeitos a erros amostrais.

Pessoal docente e administrativo

O censo do ensino superior permite examinar os investimentos do setor privado em seus cursos, em termos de pessoal docente e administrativo, tanto do ponto de vista da qualidade quanto da quantidade. Os principais dados a respeito, por tamanho das instituições, podem ser vistos no Quadro 14.

Este quadro mostra que as instituições de grande porte possuem importantes economias de escala, expressas no maior número de estudantes por função docente e também por funcionário. Além disto, elas empregam uma proporção maior de funcionários sem nível superior. O número de professores titulados é semelhante para os três grupos, com uma pequena vantagem na proporção de professores com doutorado para as instituições menores. Nos três casos, a proporção de professores em tempo parcial é superior a 80%.

Quadro 14 – Indicadores de investimentos em pessoal das IESP

Indicadores de investimentos em pessoal das instituições do setor privado					
		pequenas	médias	grandes	total
número de instituições	**total**	**315**	**316**	**315**	**946**
alunos	**total**	**44,721**	**162,054**	**1,599,719**	**1,806,494**
	número médio de alunos	142.0	512.8	5,078.5	1,909.6
funções docentes	**total**	**5,463**	**13,035**	**90,931**	**109,429**
	número médio de funções docentes	17.3	41.3	288.7	115.7
	alunos por função docente	9.7	15.6	19.5	14.9
	% funções docentes com doutorado	9.5%	6.6%	8.6%	8.2%
	% funções docentes com mestrado	35.6%	29.2%	30.8%	31.9%
	% funções docentes tempo parcial	89.5%	88.5%	86.2%	88.1%
funcionários técnico-administrativos	**total de funcionários técnico-administrativos**	**5,131**	**9,509**	**70,478**	**85,118**
	número médio de fucionários	16.3	30.1	223.7	90.0
	% funcionários técnico-administrativos sem graduaçao	56.2%	62.6%	69.5%	62.8%
	alunos por funcionário técnico-administrativo	16.4	31.6	34.9	27.6

Variações regionais

O Quadro 15 permite examinar a distribuição regional do ensino privado no Brasil. A região Sudeste concentra mais da metade da matrícula. Além disto, existem diferenças regionais importantes. A proporção de estudantes de educação na região Sul é bem maior do que nas demais, enquanto que as matrículas nas áreas de saúde são maiores no Sudeste. Estas diferenças parecem espelhar o forte movimento dos professores da educação básica da região Sul para a obtenção de titulação superior, e também o nível de renda mais alto da região Sudeste, criando um mercado mais amplo para as profissões da saúde. Em todas as regiões, no entanto, o predomínio das profissões sociais é absoluto.

Quadro 15 – Distribuição dos alunos por área de estudo e região

Distribuição dos alunos por área de estudo, por região						
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
educação	18.6%	17.7%	18.2%	15.9%	22.3%	17.7%
humanidades e artes	0.7%	1.8%	0.7%	2.3%	1.8%	2.0%
ciências sociais, negócios e direito	55.7%	55.1%	57.4%	49.5%	47.2%	50.2%
ciências, matemática e computação	10.8%	5.9%	8.0%	7.9%	7.7%	7.9%
engenharia, produção e construção	3.1%	5.9%	6.7%	7.7%	6.5%	6.9%
agricultura e veterinária	2.2%	0.2%	0.7%	1.2%	1.3%	1.2%
saúde e bem estar social	7.0%	9.9%	6.2%	13.4%	11.2%	12.0%
serviços	1.9%	3.5%	2.0%	2.2%	1.8%	2.2%
	147,605	141,914	43,646	1,093,348	380,706	1,807,219

Uma outra diferença regional que se observa é a grande concentração dos alunos nas regiões Sul e Sudeste em instituições de grande porte, ao passo que a matrícula em instituições pequenas se concentra mais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Quadro 16).

Quadro 16 – Distribuição dos estudantes das IESP, por tamanho da instituição e região

Distribuição dos estudantes das IESP, por tamanho da instituição e região							
Tamanho da instituição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	# estudantes
pequeno	4.1%	4.3%	2.9%	1.7%	0.9%	1.9%	35,240
médio	12.6%	11.1%	10.5%	8.6%	5.0%	8.4%	151,628
grande	83.3%	84.6%	86.5%	89.7%	94.2%	89.7%	1,620,351
total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	1,807,219
# estudantes	147,605	141,914	43,646	1,093,348	380,706	1,807,219	

Formatos organizacionais

Tradicionalmente, as instituições de ensino privado podiam se organizar, do ponto de vista acadêmico, como faculdades isoladas ou universidades. O *status* universitário traz muitas vantagens, entre as quais a liberdade para criar novos cursos e fixar o número de vagas oferecidas, independentemente de autorização do governo. Como os critérios para a obtenção do *status* universitário eram difíceis de ser preenchidos, o governo acabou criando duas categorias intermediárias, a de "centro universitário" e de "faculdades integradas". A maioria das IESP estão organizadas como faculdades isoladas (735 em 957), mas estas são, sobretudo, instituições pequenas e médias; dois terços dos alunos do setor privado estão hoje em universidades, com uma pequena quantidade em centros universitários e faculdades integradas. A partir de 1997 vem crescendo o credenciamento de Centros Universitários, pela transformação de antigas faculdades integradas, como uma alternativa à organização em universidades. (Quadro 17).

Quadro 17 - % de instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais, por tamanho e tipo de organização acadêmica

% de institutuições filantrópicas, comunitárias e confessionais, por tamanho e tipo de organização acadêmica

	Organização Acadêmica				
	Centro Universitário	Faculdade	Faculdades Integradas	Universidade	Total
pequenas		22.5%	25.0%		22.5%
médias		29.4%	22.2%		28.8%
grandes	34.7%	32.8%	26.8%	68.2%	41.6%
Total	34.7%	27.2%	25.0%	68.2%	31.0%
# de IESP	49	735	88	85	957
# de estudantes	240,061	210,206	122,629	1,026,823	1,599,719

No passado, a grande maioria das instituições privadas eram consideradas filantrópicas e/ou sem fins lucrativos, para efeitos fiscais. Hoje, a qualificação como filantrópica é mais estrita e menos vantajosa, e só um terço das instituições privadas têm uma ou duas destas características; o Censo do Ensino Superior tem uma categoria especial de instituições "comunitárias, filantrópicas e confessionais", mas não está claro como elas se enquadram para efeitos fiscais. O Quadro 17 mostra que as instituições de maior porte e universitárias têm mais probabilidade de terem o *status* filantrópico/comunitário/confessional do que as menores. De fato, dois terços das universidades privadas têm esta classificação, e 52% de todos os alunos do setor privado estão em instituições deste tipo.

Estratégias empresariais das IESP

Expansão

O setor privado vem crescendo muito fortemente nos últimos anos. Entre 1994 e 2000, o número de alunos cresceu em 86%, a maior parte deles matriculados em Universidades. Estas também foram criadas com muita rapidez, através do credenciamento de faculdades integradas já existentes, passando de 40 em 1990-91 para 85 em 2000. Ao lado da expansão, que parece evidenciar um segmento econômico dotado de grande dinamismo, vários são os problemas que vêm afetando as finanças do setor privado, que podem se agravar nos próximos anos. Apesar da existência de inúmeros sinais de crise no setor, discutidos mais adiante, a demanda pela criação de novos cursos não parece ter diminuído. Em maio de 2002, havia cerca de mil e quinhentos pedidos de autorização para a criação de novos cursos superiores protocolados no Ministério de Educação, dos quais quase seiscentos para novas instituições.

A grande expansão ocorrida no ensino médio nos últimos anos certamente elevou a procura por cursos superiores. Os concluintes deste nível de ensino passaram de 993 mil em 1994 para 2 234 mil em 2000 e espera-se que continuem crescendo até 2005. No entanto, o aumento de matrículas no ensino médio deu-se mais fortemente em estabelecimentos estaduais e no turno da noite. Portanto, são alunos de baixa renda, que já necessitam trabalhar ainda no ensino médio e que têm pouca probabilidade de ingressarem em cursos superiores gratuitos. A sua permanência no terceiro grau vai depender de sua capacidade de pagamento, da existência de crédito educativo e da sua convicção, ao longo do curso, em relação à efetivação do retorno do investimento que vem sendo realizado. As estatísticas mostram uma grande evasão no sistema privado. A relação matrícula/vagas situa-se em 1,7, quando se deveria esperar algo como 4 para cursos que duram em média 4 anos. Uma outra maneira de ver esta questão é pela relação entre o número de alunos que entram e os que se formam nos diferentes cursos. Se o número de matrículas iniciais não estiver aumentando, esta relação deve ser próxima de 1. O Quadro 18 mostra que, no setor privado, este número é próximo de 0,30, uma forte indicação de ineficiência, mesmo considerando que o setor está em expansão.

Quadro 18 – Percentagem de alunos formados por entrantes, por área de conhecimento e tipo de instituição

Brasil, percentagem de alunos formados por entrantes, por área de conhecimento e tipo de instituição(*)

	agricultura e veterinária	ciências sociais, negócios e direito	ciências, matemática e computação	educação	engenharia, produção e construção	humanidades e artes	saúde e bem estar social	serviços	Total
Federal	55.4%	63.0%	38.4%	35.4%	41.8%	51.8%	81.6%	33.6%	50.3%
Estaduais	45.2%	54.4%	43.1%	42.3%	48.4%	51.8%	71.8%	36.4%	47.7%
Municipais	35.8%	44.7%	40.1%	40.9%	32.7%	29.8%	30.1%	0.0%	40.2%
Comunitárias, religiosas e confessionais	23.7%	34.9%	29.0%	35.7%	31.9%	34.0%	38.6%	14.7%	34.1%
Privadas	27.8%	29.8%	29.0%	41.2%	22.5%	21.0%	27.2%	9.1%	30.0%
Total	40.8%	35.4%	32.2%	38.9%	33.9%	37.6%	43.0%	12.4%	36.2%

* em relação ao mesmo ano

Fonte: INEP, Censo do Ensino Superior, 2000

Esta evasão constitui-se numa importante perda de receita para os estabelecimentos privados. A solução encontrada tem sido manter elevadas as vagas iniciais, que hoje dificilmente são inferiores a 50 para cada turma; captar alunos via transferência; e fundir turmas dos últimos períodos. No entanto, as vagas oferecidas pelo setor privado parecem crescer mais rapidamente do que a demanda, apesar do significativo crescimento do ensino médio. Em 2000, das 970 mil vagas abertas pelo setor privado, apenas 664 mil foram preenchidas, criando uma enorme capacidade ociosa. A reação das entidades privadas tem sido acirrar a concorrência entre si, através de agressivas campanhas publicitárias, rebaixamento do valor das mensalidades, localização das unidades de ensino perto do trabalho ou da residência dos alunos, facilidades de ingresso e algumas poucas instituições tentando atrair alunos pela qualidade do ensino. Assim, o sistema parece caminhar para um período de ajustes, onde provavelmente ocorrerão fusões, vendas e desativação de cursos e programas, pois o mercado, com uma oferta que ainda não parou de crescer, não parece ter lugar para todos.

Estratégias alternativas

É possível fazer uma primeira exploração a respeito das estratégias empresariais das instituições privadas de ensino superior pela análise integrada de um conjunto de seus indicadores de funcionamento. A técnica utilizada para isto foi a da análise fatorial, que produz uma matriz de correlações entre cada um dos indicadores e algumas dimensões que os explicam. Os principais resultados obtidos podem ser observados no Quadro 19.

Quadro 19 – Estratégias empresariais das IESP

Estratégias empresariais das IESP(*)	Fatores correlações		
	Tamanho	Custo	Qualidade
% matricula feminina	0.06	0.06	**-0.64**
% jovens	0.01	-0.15	**0.74**
% mat noturna	**-0.54**	0.38	-0.15
Matrícula em 30/04	**0.67**	0.32	0.31
universidade	**0.89**	-0.02	0.04
filantrópica	**0.58**	-0.32	-0.21
alunos por funcionários	-0.20	**0.63**	-0.19
numero de alunos por professor	0.06	**0.82**	0.05
% professores com mestrado	0.19	0.08	**0.51**
% variança explicada	24.25%	15.21%	14.11%

(*) análise fatorial, rotação hortogonal

Este quadro sugere que as instituições de ensino superior podem se estruturar ao longo de três dimensões (ou fatores) principais. A primeira dimensão, que denominamos "tamanho", assinala uma estratégia de crescimento acelerado, pela busca do *status* universitário, e uma preocupação relativa com a qualidade. Esta dimensão explica 24.25% da variação das instituições nos ítens considerados. A segunda dimensão está diretamente associada a uma estratégia de redução de custos, através de números altos de alunos por professores e funcionários, e matrículas noturnas. Ela explica 15.21% da variância. A terceira, finalmente, está associada a uma busca de diferenciação por qualidade: os alunos são mais jovens, a matrícula feminina (que é típica dos cursos de educação) é menor, e a qualificação do professorado é também mais acentuada. Este fator explica 14.11% da variação dos indicadores. Em seu conjunto, estes três fatores explicam 55% da variação das características destes indicadores para o conjunto de instituições, deixando inexplicados os 45% restantes.

Esta análise mostra que nem todas as instituições privadas buscam se adaptar às realidades atuais da mesma forma. Além destas três estratégias globais – quantidade, redução de custos, qualidade – devem existir outras, específicas de nichos específicos, que ainda precisam ser exploradas.

Os problemas da organização universitária

Como vimos, na década de 90 aumentou muito o número de Universidades , no conjunto das instituições privadas. Duas são as principais razões para esta evolução. A primeira é o alto *status* conferido ao termo quando comparado com faculdade, centro universitário ou Escola, que trás inclusive um importante fator de *marketing*. A segunda é a possibilidade, determinada em Lei, de maior autonomia acadêmica e administrativa, inclusive a liberdade de criar novos cursos na sua sede e a possibilidade de fazê-lo também fora de sua sede (no limite da unidade da Federação onde está localizada) e aumentar vagas em cursos já existentes. Por outro lado, a LDB prevê que para se tornar uma universidade e se manter como tal é preciso que haja produção intelectual institucionalizada, um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e um terço do corpo docente em regime de tempo integral. As Disposições Transitórias da LDB estabelecem que o prazo para que as universidades cumpram os requisitos acima é de oito anos, encerrando-se portanto em 2004. O setor privado já percebeu que os Centros Universitários são uma opção mais apropriada às suas possibilidades financeiras e que as Universidades de pesquisa são para poucos. Desde 1987 o Governo Federal credenciou apenas 8 universidades, mas 60 Centros Universitários.

Neste contexto, avizinha-se uma outra dificuldade para as Universidades, relativa ao financiamento, que é a de manter professores qualificados em tempo integral e realizar atividades de pesquisa que possam passar pelo crivo dos vários comitês acadêmicos que se formam nas agências de fomento. É provável também a ocorrência de pressões pela abertura de cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado (com custos bem mais elevados do que os de cursos de graduação), que geralmente estão associados a um ambiente de pesquisa. A questão é que as mensalidades de cursos de graduação, a fonte quase exclusiva de receitas, não têm como manter estas atividades. Para

tanto, seria necessário aumentá-las, o que é inviável no contexto competitivo acima referido, onde a tendência mais provável é a sua diminuição. A outra possibilidade é a busca de recursos para pesquisa junto às agências públicas de fomento, enfrentando a concorrência de universidades e centros de pesquisa públicos e algumas confessionais sem fins lucrativos, mais bem dotadas e de maior tradição.

Há poucas saídas para esta situação. Uma delas é reverter à condição de Centros Universitários, que têm quase as mesmas prerrogativas de autonomia das universidades, mas que têm como exigência apenas a qualidade do ensino de graduação, com conseqüências negativas para o *marketing* da instituição. A outra, especialmente no caso das mantenedoras de instituições privadas (em número de 27), é dedicar proporções maiores do lucro para as instituições mantidas, procurando torná-las mais competitivas na captação de alunos de graduação e no fortalecimento das atividades de pesquisa, até que adquiram maior grau de autonomia. Finalmente, certamente ocorrerão "adaptações", tais como atribuir uma elevada carga de aulas e atividades administrativas aos professores em tempo integral, "alugar" professores titulados de outras instituições e procurar meios de convencer sobre a relevância da pesquisa realizada. Em relação às instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas (em número de 58), os graus de liberdade são menores: Elas já aplicam seus resultados na própria instituição e a maioria delas já cobra mensalidades mais baixas, em virtude de suas isenções e imunidades. Ocorre também que algumas universidades filantrópicas estão a ponto de perderem suas isenções tributárias em virtude de recentes mudanças na lei.

A questão da qualidade

Tradicionalmente, a educação superior no Brasil tendia a ser vista como uma questão de ter ou não ter o diploma desejado, dentro da suposição de que todos os cursos superiores, por serem autorizados a funcionar, proporcionariam títulos da mesma qualidade. Mais recentemente, no entanto, o Ministério da Educação passou a implementar o Exame Nacional de Cursos (conhecido como "provão"), que classifica os cursos em cinco níveis, conforme o desempenho médio nos exames dos alunos que se formam. Como o Ministério não divulga o que seria um padrão mínimo de qualidade, é impossível saber se determinado curso está acima ou abaixo de determinado padrão desejável. No entanto, é possível ordenar os cursos pela proficiência de seus alunos, e o Ministério tem tentado aplicar sanções aos cursos de nível mais baixo. Os conceitos do 'provão' são hoje utilizados como elemento mercadológico para os cursos do setor privado, e podem estar associados aos preços cobrados pelas instituições no mercado educacional.

Para examinar os correlatos mais aparentes dos resultados neste exame, tomamos os conceitos de 450 cursos de Adminsitração que participaram do Exame Nacional do ano 2000, e examinamos sua distribuição segundo algumas características dos cursos, conforme as informações do Censo do Ensino Superior. Como esta é a carreira com maior número de cursos, os resultados são indicativos para o conjunto das instituições de ensino superior.[9]

[9] Na prática, não foi possível identificar algumas das características de todos os cursos e, por isto, o total em cada tabela é diferente.

Quadro 20 - Cursos de Administração, conceitos médios no Exame Nacional de Cursos, por dependência administrativa

Cursos de Administração, conceitos médios no exame nacional de cursos, por dependência administrativa	Conceito					
	A	B	C	D	E	Total
Com./Confes./Filant.	6.7%	23.9%	52.2%	10.4%	6.7%	134
Estadual	31.0%	16.7%	33.3%	11.9%	7.1%	42
Federal	43.9%	19.5%	19.5%	7.3%	9.8%	41
Municipal	4.0%	32.0%	20.0%	32.0%	12.0%	25
Particular	6.7%	12.5%	41.3%	24.5%	14.9%	208
Total	12.2%	18.0%	40.7%	18.0%	11.1%	450

O Quadro 20 mostra como quase metade dos cursos em instituições públicas federais têm conceito A, enquanto que as particulares não chegam a sete por cento do total. Este dado pode estar refletindo o fato de que a maioria dos alunos que entram nas instituições privadas são mais velhos, tiveram uma educação secundária provavelmente pior, estudam predominantemente à noite, e não passam por um processo de seleção mais rigoroso (Quadro 21). Não sabemos quanto estes alunos de fato aproveitam dos cursos, em função dos conhecimentos que já tinham antes, mas não há dúvida de que seu desempenho final é muito inferior ao das universidades federais ou estaduais. O Quadro 22, finalmente, dá a distribuição regional dos conceitos dos cursos de administração, mostrando que, além do efeito do tipo de instituição, existe também um importante efeito regional, já que, para todos os tipos de instituição, os cursos na região centro-sul têm conceitos mais altos.

Um estudo conduzido por Lobo & Associados comparou o desempenho no Provão de 2000 e 2001 de 3 cursos (Administração, Direito e Engenharia Civil), classificando-os em cursos novos , antigos e intermediários. De maneira geral , os cursos novos tiveram um desempenho bem melhor do que os demais, o que vem questionar a noção de que a expansão do ensino superior tem contribuido para a queda da qualidade média do ensino.

Quadro 21 - Características dos cursos de administração, conforme os conceitos do Exame Nacional de Cursos (médias)

Caracteristicas dos cursos de administração, conforme os conceitos no Exame Nacional de cursos (médias)			
Conceitos	Candidatos por vagas	ingressantes até 24 anos	% de matriculas noturnas
a	10.5	76.99%	59.6%
b	4.1	62.23%	80.7%
c	2.4	64.12%	89.9%
d	2.5	58.92%	94.3%
e	2.5	57.71%	91.6%
Total	3.6	63.64%	85.9%
(total de casos)	368	368	372

Quadro 22 – Conceitos médios dos Cursos de Administração no Exame Nacional de Cursos, por região e tipo de instituição

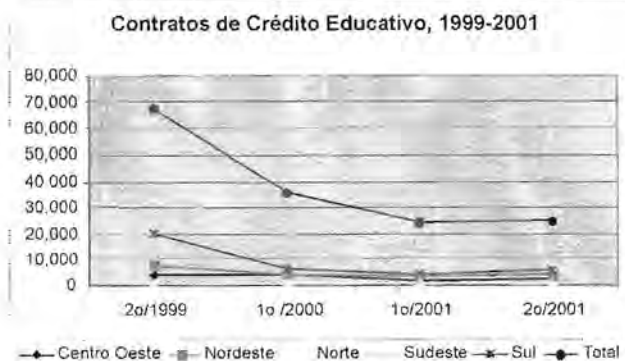
Cursos de administração, conceito médio no Exame Nacional de Cursos, 2000, por Região e tipo de Instituição

	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
1 Com./Confes./Filant.	3.5	3.8	2.5	3.0	2.6	2.9
2 Estadual	3.0	2.4	4.0	2.1	2.6	2.5
3 Federal	2.2	2.3	4.2	1.7	1.2	2.2
4 Municipal	4.0	4.7	5.0	2.8	2.5	3.2
5 Particular	3.8	3.2	4.0	3.2	2.9	3.3
Total	3.5	2.9	4.0	3.0	2.6	3.0

conceitos: a=1, e = 5

O crédito educativo

O crédito educativo é hoje um mecanismo potencialmente fundamental para a sobrevivência de parte significativa do setor privado. Como vimos, as tendências aqui esboçadas para o setor privado tendem a se agravar: não preenchimento das vagas oferecidas para ingresso, elevados índices de evasão ao longo do curso, crescente inadimplência dos alunos e participação cada vez maior de estudantes oriundos de classes de renda mais baixas. A manutenção de alunos mais pobres nas escolas de nível superior não só é importante para as instituições educacionais privadas, como também para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, que propõe uma taxa de escolarização da população de 19-24 anos de 30% em dez anos, sendo que hoje ela se situa em menos de 12%. Isso significaria aumentar os atuais 2,7 milhões de matrículas no ensino superior para cerca de 5 milhões em 2008. É interessante observar que o Plano menciona que o setor privado teria importante papel a desempenhar, mas não detalha os meios para se chegar a este resultado. O atual programa de crédito educativo, agora denominado FIES, está longe de atender às necessidades e muito menos ao crescimento da demanda, que se verificará. O orçamento anual do FIES, proveniente na sua grande maioria de recursos da Loteria Federal, situa-se em torno de 200 milhões de reais anuais, permite a contratação de apenas cerca de 15 mil novos contratos por ano e outros 45 mil de manutenção do sistema. Entre o segundo semestre de 1999 e o segundo semestre de 2001 o FIES efetivou apenas 151.511 novos contratos e, dados os recursos atuais, não poderá crescer muito, mesmo com o início do reembolso. Se supusermos que ao menos 25% dos estudantes do ensino particular são carentes, seria necessário atender a 500 mil estudantes, o que teria um custo adicional de 1,8 bilhões de reais, valor este que supera as possibilidades orçamentárias atuais do MEC. Além da insuficiência de recursos, o atual crédito educativo padece de alguns dos males de seus antecessores. O seu agente financeiro, a Caixa Econômica Federal, não se empenha o suficiente para recuperar os empréstimos, o crédito é dado às instituições e não aos alunos, há elevada concentração dos beneficiários em cursos tradicionais como Direito e Administração e concentração nas regiões mais ricas do país (Sul e Sudeste). Enfim, o FIES reproduz a mesma estrutura de cursos, inclusive de natureza regional, perdendo uma boa oportunidade de realizar algum tipo de indução no sistema.

Quadro 23 – Contratos de Crédito Educativo, 1999-2001

A questão da inadimplência

A crescente participação de alunos de menor poder aquisitivo tem levado a índices de inadimplência próximos de 20% ao longo do semestre, dependendo da instituição. A legislação em vigor veda à instituição impedir que os alunos nesta situação assistam às aulas ou deixem de prestar exames. Ademais, a universidade não pode negar aos alunos em atraso os documentos necessários à sua transferência ao final do período letivo, o que implica a possibilidade de sua saída sem a quitação da dívida. O único recurso legal da instituição é não recontratar com o aluno inadimplente no semestre seguinte e cobrar a dívida na Justiça. No entanto, várias são as instituições que preferem negociar com seus alunos em dificuldades com a finalidade de mantê-los na escola e não agravar os índices de evasão. De qualquer forma, os custos da inadimplência existem, seja por atrasos ou falta de pagamento, e têm sido, cada vez mais, um item importante na determinação dos resultados de uma empresa educacional.

A necessidade de pesquisa de campo

Esta análise preliminar das características gerais do ensino superior privado brasileiro confirma sua grande importância como principal fonte de formação e crescimento para o ensino superior brasileiro; sua pouca conformidade com as normas e padrões organizacionais típicos do setor público – como a organização universitária, o regime de tempo integral para professores e alunos e as atividades de pesquisa - e os dilemas que vem enfrentando, ao combinar crescimento acelerado com problemas sérios de financiamento, sem solução aparente. Ela mostra também que, apesar de existir uma grande superposição entre as características dos alunos das instituições públicas e privadas, elas atendem a um público que é predominantemente seu, de estudantes mais velhos, com menos recursos, e oriundos de cursos médios de pior qualidade, e por isto com menos condições de acompanhar com sucesso as carreiras mais tradicionais ou de conteúdo técnico mais denso.

Diante deste quadro, o setor privado busca se adaptar pelo crescimento e concentração, criando grandes estabelecimentos universitários que, no entanto, não conseguem se adaptar ao modelo universitário tradicional; pela redução drástica de custos e preços, em concorrência muitas vezes predatória, que acaba colocando em risco sua própria razão de ser; ou pela busca de nichos de qualidade, em escala necessariamente reduzida. Ao mesmo tempo em que desenvolve estas estratégias, muitas vezes em combinação, o setor privado procura recursos institucionais e sistêmicos que o possam socorrer, como o crédito educativo e alterações na legislação, buscando reduzir suas exigências de conformidade aos modelos acadêmicos mais tradicionais. E busca, também, abrir espaço para outras formas de atendimento a sua clientela, pelo uso de novas tecnologias de ensino, pelo estabelecimento de convênios e franquias, e novas formas de cooperação e intercâmbio nacional e internacional.

Esta visão geral do setor da educação superior privada precisa ser mais bem conhecida, através de uma pesquisa de campo apropriada. Pouco sabemos, na realidade, sobre as características econômicas e empresariais destas instituições; pouco sabemos sobre as perspectivas de seus dirigentes e das visões que têm a respeito de seu futuro. O fato de que o setor continua crescendo é uma indicação de que ele tem dinamismo e potencial. Mas existem indicadores suficientes para sabermos que este dinamismo pode se interromper, com graves prejuízos para o país. A pesquisa poderá ajudar a identificar possíveis mecanismos financeiros e medidas de ordem legal e institucional que possam ajudar o setor privado a desempenhar cada vez melhor o papel que lhe cabe no contexto do ensino superior brasileiro.

Recebido em: 10/09/2002
Aceito para publicação em: 30/09/2002

ABSTRACT

This paper presents a broad view of the private higher education sector in Brazil, based on data of the 2000 brazilian Census of Higher Education and other sources. Private education enrolls 2/3 of the students of that level in 946 institutions, mobilizing 10 billions of reais annualy, and employing 200 thousand persons among teachers and other workers. It will be shown that private institutions constitute a very differentiated group, with few large institutions and many small ones. Half of the students attend courses in the so-called " social professions ", which include law , business, economics and the social sciences. The second most important area is education and the third is health.Private sector is growing very fast and should be growing much faster, given the small size of the higher education sector in Brazil and the sluggish pace of the pubic sector. The system however, faces financing , efficiency and equity problems that may hinder that expansion. Finally, there is a discussion of some of the enterpreneurial strategies that may be adopted by the private sector, the efforts of the federal government to regulate it, and the identification of issues that would require field research to be better understood.

Keywords: *Private higher education – Economic sector – Regulation – Growth strategies.*

RESUMEN

Este trabajo presenta una visión de gran alcance de la enseñanza superior privada en Brasil, a partir de los datos del Censo 2000 de la Enseñanza Superior y otras fuentes. La enseñanza privada atiende a cerca de 2/3 de los estudiantes de nivel superior del país en 946 instituciones, movilizando directamente cerca de 10 billones de reales anualmente y empleando a 200 mil personas entre profesores y funcionarios. El análisis muestra que las instituciones privadas son un grupo muy diferenciado, con algunas instituciones de gran porte y muchas de pequeño porte. La mitad de sus alumnos está en las llamadas "profesiones sociales", que incluye Derecho, Administración, Economía y Ciencias Sociales. La segunda área en importancia es la educación y la tercera son las profesiones asociadas a la salud. El sistema privado ha crecido mucho y debería crecer aún más, dado el tamaño restricto de la enseñanza superior brasileña y la poca expansión del sector público. Sin embargo, existen problemas de financiación, eficiencia y equidad que pueden afectar esta expansión. El trabajo discute algunas de las estrategias empresariales adoptadas por el sector privado, los esfuerzos del gobierno federal para reglamentar el sector e identificar cuestiones que requieren pesquisa de campo adicional para que sean elucidadas.

Palabras clave: *Enseñanza superior privada – Sector económico – Reglamentación – Estrategias de crecimiento.*

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, C. R. S. *O brasão e o logotipo:* um estudo das novas universidades na cidade de São Paulo. Petropólis: Vozes, 2001.

ALTBACH, P. G. *Private Prometheus private higher education and development in the 21st century*. Westport, Conn: Greenwood Press. 1999. (Contributions to the Study of Education; v.77).

APABLAZA, V.; LAVADOS MONTES, H.; CÁCERES, C. E. *La educación superior privada en Chile antecedentes y perspectivas*. Santiago (Chile): Corporación de Promoción Universitaria, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO: ABMES; FUNADESP. *Políticas públicas de educação superior:* desafios e proposições. Brasília, DF, 2002.

BALÁN, J. (Ed.). *Políticas de reforma de la educación superior y la universidad latinoamericana hacia el final del milenio*. México, DC: Universidad Nacional Autónoma de México: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias; Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 2000.

_____. Private universities within the Argentine higher educational system trends and prospects. *Higher Education Policy*, v.3, n.2, p.13-17, June, 1990.

_____.; GARCÍA DE FANELLI, A. M.*El sector privado de la educación superior políticas públicas y sus resultados recientes en cinco países de América Latina*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1993. (Documento CEDES, 3).

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 19 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. *Lex:* coletânea de legislação e jurisprudência: legislação federal e marginália. São Paulo, ano 65, p.3126-3135, jul. 2001. DO 132-E de 10-7-2001. p.2.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.* Poder Executivo, Brasília, DF v.134, n.248, p.27833-27841, 23 dez. 1996. Seção 1. Lei Darcy Ribeiro.

BRUNNER, J. J. *La educación superior en Chile:* tendencias y perspectivas. Montevideo: Ministerio de Educación; Banco Mundial, 1999.

_____. From state to market coordination: the Chilean case. *Higher Education Policy,* Londres, v.10, n.3/4, p.225-237, Sept./Dec. 1997.

_____. *La participación de los centros académicos privados en el desarrollo de las ciencias sociales.* Santiago (Chile): FLACSO, 1985. (Documento de Trabajo, 257).

_____. et al. *Educación superior en América Latina:* una agenda de problemas, políticas y debates en el umbral del año 2000. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1995.

CALLAN, P. M. *Public and private financing of higher education shaping public policy for the future.* Phoenix, Ariz: Oryx Press, 1997. (American Council on Education/ Oryx Press series on higher education).

CARLSON, S. *Private financing of higher education in Latin America and the Caribbean.* Washington, D.C.: The World Bank, 1992. (Latin America and the Caribbean, Technical Department, Regional Studies Program Report, n.18).

CASTRO, C. *Os dilemas do ensino superior e a resposta da Faculdade Pitágoras.* Belo Horizonte: Ed. Universidade, 2002.

CASTRO, C. M. Ensino privado ou público: eis a (falsa) questão. *Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação,* Rio de Janeiro, v.5, n.17, p.423-452, out./dez. 1997.

_____.; NAVARRO, J. C. Will the invisible hand fix Latin American private higher education? In: ALTBACH, P. G. *Private prometheus private higher education and development in the 21st century.* Westport, Conn: Greenwood Press, 1999. p.51-72. (Contributions to the study of education, n.77).

EISEMON, T. O. *Private initiatives and traditions of state control in higher education in Sub-Saharan Africa.* Washington, D.C.: World Bank: Education and Employment Division: Population and Human Resources Dept., 1992a. (PHREE background paper series, n.PHREE/92/48).

_____. Private initiatives in higher education in Kenya. *Higher Education,* Dordrecht (The Netherlands), v.24, n.2, p.157-175, Sept. 1992b.

ENSINO superior particular brasileiro e os desafios da expansão do ensino superior. In: FORUM NACIONAL, 3., 2002, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SEMESP, 2002.

FARIA, J. E. C. O. *Eficácia jurídica e violência simbólica:* o direito como instrumento de transformação social. São Paulo: EDUSP, 1988. (Pensamento jurídico. Teses). Originalmente apresentada como tese (Mestrado - Universidade de São Paulo).

GEIGER, R. L. *Private initiatives in higher education the australian predicament in comparative perspective*. Yale University: Institution for social and policy studies, 1987. (Program on nonprofit organizations. Working Paper, 123).

JAMES, E. *Differences between public and private higher education an international perspective*. Yale University: Institution for social and policy studies, 1989. (Program on nonprofit organizations. Working Paper, 141).

———. Private higher education: the Philippines as a prototype. *Higher Education*, Dordrecht (The Netherlands), v.21, n.2, p.189-206, Mar. 1991.

KENT, R. S.; RAMIREZ, R. Private higher education in Mexico in the 1990s: growth and differentiation. In: ALTBACH, P. G. *Private prometheus private higher education and development in the 21st century*. Westport, Conn: Greenwood Press, 1999. p.95-112. (Contributions to the study of education, n.77).

KOYZIS, A. A. Private higher education in Cyprus: in search of legitimacy. *Higher Education Policy*, Londres, v.2, n.2, p.13-19, June 1989.

LEVY, D. C. *Building the third sector Latin America's private research centers and nonprofit development*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1996. (Pitt Latin American series).

_____. *Higher education and the state in Latin America private challenges to public dominance*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

_____. When private higher education does not bring organizational diversity: Argentina, Chile and Hungary. In: ALTBACH, P. G. *Private prometheus private higher education and development in the 21st century*. Westport, Conn: Greenwood Press, 1999. p.17-50. (Contributions to the study of education n.77).

MELO, M. B. D. C. A difícil relação entre as exigências legais e de qualidade e os padrões de financiamento do ensino superior particular. *Estudos*. Associação Brasileira de Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação: ABMES, Brasília, DF, v.18, n.27, p.17-25, 2000.

MENDES, C. A. M.; CASTRO, C. M. (Org.). *Qualidade, expansão e financiamento do ensino superior privado*. [Rio de Janeiro]: EDUCAM; [Brasília, DF]: ABM, 1984.

NEVES, C. E. B. *Ensino superior privado no Rio Grande do Sul*: a experiência das universidades comunitárias. São Pualo: USP: Núcleo de Pesquisas Sobre Ensino Superior, c1995. (Documentos de Trabalho, v.95).

NUNES, E.; NOGUEIRA, A. M.; RIBEIRO, L. M. *Futuros possíveis, passados indesejáveis*: provão e avaliação do ensino superior. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. (Selo da OAB).

RANIERI, N. B. *Educação superior, direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases (Lei no. 9.394/96)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2000.

SAMPAIO, H. *Ensino superior no Brasil*: o setor privado. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2000. (Estudos Brasileiros; v.34).

_____. (Coord.). *Eqüidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. Brasília, DF: INEP, c2000.

SCHWARTZMAN, J. *America Latina universidades en transición*. Washington,

DC: Organization of American States, 1996. (Colección INTERAMER: Serie Educativa, 61)

_____. O crédito educativo no Brasil. *Educação Brasileira*, Brasília, DF, v.17, n.34, p.71-84, jan./jun. 1995.

———. Financiamento do ensino superior particular. *Estudos*: Associação Brasileira de Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação: ABMES, Brasília, DF, p.7-16, mar. 2000.

———. *Public and private higher education in comparative perspective*. South Africa: Human Sciences Research Council: Keynote presentation, colloquium on "Understanding Private Higher Education in South Africa", 2002.

———. Questões de financiamento nas universidades brasileiras. *Estudos e Debates*, Brasília, DF, n.20, p.111-143, mar. 1999.

_____. A revolução silenciosa do ensino superior. In: DURHAM, E.; SAMPAIO, H. *O ensino superior em transformação*. São Paulo: USP: Núcleo de Pesquisas sobre Educação Superior, 2001a. p.13-30.

———. La universidad como empresa económica. *Revista de Educación Superior*, México, DF, v.30, n.117, p.99-104, 2001b.

SILVA, T. M. T. *Ensino superior noturno:* sonhos e desencantos. SãoPaulo: UNISAL, c2000.

SORJ, B. *O ensino público e o ensino privado no Brasil*. Santiago: PREAL, 2000.

SOUZA, P. N. P. *LDB e educação superior*. Rio de Janeiro: Pioneira, 2001.

TEDESCO, J. C. *Algunos aspectos de la privatización educativa en América Latina*. Quito: Instituto Fronesis, 1991. (Colección Educación v.1).

WORLD BANK. *Higher education in Brazil:* challenges and options. Washington, D.C, 2001.

Correspondência:
e-mail: jacques@geas.ufmg.br